



TECNOPOLÍTICAS DE CONTROLE E DE COMBATE NA CIDADE NEOLIBERAL: GUERRA E INSURREIÇÃO NA CIDADE

Technopolitics of control and combat in the neoliberal city: war and insurrection in the city

Cristian Reginato Amador

Universidade Federal de Santa Maria

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0202-0278>

E-mail: cristianreginato031@gmail.com

Fernando Hoffmam

Universidade Federal de Santa Maria

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6674587928301231> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2211-9139>

E-mail: fernando.hoffmam@ufsm.br

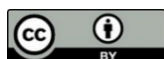
Tricieli Radaelli Fernandes

Universidade Federal de Santa Maria

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5075073567403880> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5423-0499>

E-mail: tricieli.radaelli@acad.ufsm.br

Trabalho enviado em 30 de junho de 2024 e aceito em 11 de setembro de 2025



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 17, N.01., 2025, p. 431-462

Cristian Reginato Amador, Fernando Hoffmam e Tricieli Radaelli Fernandes

DOI: 10.12957/rdc.2025.85539 | ISSN 2317-7721

RESUMO

Há, hoje, uma transição da sociedade disciplinar para um controle centrado na gestão de corpos, o que impõe questionar, com base no materialismo histórico de Antonio Negri, como os mecanismos de controle operam na era do “Império”, especialmente considerando a cidade como espaço de conflitos entre subjetividades antagônicas. Pretende-se identificar de que forma o controle se manifesta por meio das tecnologias cibernético-digitais, partindo-se dos métodos dedutivo (abordagem) e estruturalista (procedimento) e da pesquisa bibliográfica (técnica). Inicialmente, busca-se compreender a construção das cidades na estruturação da cultura ocidental, evidenciado essa relação com a ideia de controle, sobretudo por meio de dispositivos e tecnologias cibernético-digitais. Além disso, pretende-se analisar a forma como a relação entre a cidade e tais dispositivos resulta em uma forma de controle específica da era do “Império”. Nessa lógica, observou-se que, ao mesmo tempo em que no contexto da cidade opera um controle por meio de uma governamentalidade cibernético-algorítmica, também se manifestam insurreições voltadas à negativa do *status quo*. O resultado principal da pesquisa é a constatação de que a metrópole funciona tanto como produto das formas de controle quanto como meio para sua reprodução, sendo concebida, percebida e vivenciada como espaço de disputa simbólica e política.

Palavras-chaves: Cidade; Controle; Guerra; Império; Tecnologia.

ABSTRACT

Today, there is a transition from a disciplinary society to a control centered on the management of bodies, which raises questions, based on Antonio Negri's historical materialism, about how control mechanisms operate in the era of the “Empire,” especially considering the city as a space of conflict between antagonistic subjectivities. The aim is to identify how control manifests itself through cybernetic-digital technologies, based on deductive (approach) and structuralist (procedure) methods and bibliographic research (technique). Initially, we seek to understand the construction of cities in the structuring of Western culture, highlighting this relationship with the idea of control, especially through cybernetic-digital devices and technologies. In addition, we intend to analyze how the relationship between the city and such devices results in a specific form of control in the era of the “Empire.” In this logic, it was observed that, while control operates in the context of the city through cybernetic-algorithmic governmentality, insurrections aimed at rejecting the status quo also manifest themselves. The main result of the research is the finding that the metropolis functions both as a product of forms of control and as a means for their reproduction, being conceived, perceived, and experienced as a space of symbolic and political dispute.

Keywords: City; Control; War; Empire; Technology.

INTRODUÇÃO



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 17, N.01., 2025, p. 431-462

Cristian Reginato Amador, Fernando Hoffmam e Triceli Radaelli Fernandes

DOI: 10.12957/rdc.2025.85539 | ISSN 2317-7721

Este trabalho parte de uma crítica à esquerda tradicional¹ no sentido de ser a cidade o campo das batalhas sociais, de modo que a atuação dos movimentos sociais urbanos acaba sendo subestimada no contexto do ativismo. Essa percepção do autor se dá especialmente levando-se em consideração a forma como a cidade relaciona-se à produção capitalista em uma ética neoliberal, que consiste em uma dinâmica voltada ao enaltecimento da responsabilidade, da autonomia e da auto suficiência individual. Em uma perspectiva de avanços sociais constantes, ponto que ganha destaque na pauta urbana diz respeito à construção das cidades inteligentes, aqui entendidas como aqueles lugares em que há um crescente uso dos aparatos tecnológicos na construção de cidades modernas e que, via de regra, se dá sob o argumento de segurança e desenvolvimento humano.

No entanto, esse uso da tecnologia digital, independentemente dos argumentos utilizados – afinal, o resultado será sempre o mesmo –, acaba destacando também uma nova forma de gestão dos sujeitos na cidade que decorre do uso de práticas, estruturas e dispositivos de controle cada vez mais pervasivas, que se estendem enquanto manobra que parte das ferramentas de vigilância, segurança e manipulação de dados. Trata-se de uma realidade em que os dados, as informações e a própria movimentação urbana passam a ter valia econômica, que acaba por validar essas práticas enquanto aparatos do controle “imperial”. Tais perspectivas evidenciam uma expansão do que se entende por controle, o que se afirma na medida em que a sociedade não mais baseia-se em uma ideia de comando e disciplina dos corpos, mas sim em um controle livre e público, de modo que o domínio individual passa a dar espaço ao controle em larga escala e dá margem para um controle biopolítico² de ordem coletiva.

A tecnologia amplia a vigilância dos corpos e a criação de cidades inteligentes e instrumentalizadas acaba sendo utilizada enquanto meio de controle nesse sentido, sobretudo se o raciocínio partir da ideia de que a cidade se constitui enquanto o lugar em que se desenvolve a guerra – guerra no seio da população para Alliez e Lazzarato (2021) –, o que se liga à perspectiva de que as novas tecnologias de controle e vigilância se manifestam em um contexto de constante medo e de uma guerra invisível e interminável. De todo modo, é possível dizer que não mais existe uma disciplina dos corpos,

¹ Para David Harvey (2014), a ideia de uma esquerda tradicional volta-se a um grupo que permanece ligado à lógica industrial da força de trabalho, o que dialoga com o apontado por Marcelo Tarí quando esse aponta para a existência de um operário-social, que “surge como resultado da expansão do locus da produção capitalista já discutida por autores como Tronti. A abstração cada vez maior do trabalho e sua dispersão por toda a esfera social geraram uma nova espécie de proletariado, disseminado pelo território, conforme o vocabulário da época, e que congregava tanto a esfera diretamente produtiva quanto a da reprodução social” (Tarí, 2022, p. 13).

² Controle biopolítico e biopolítica, aqui, dialogam em termos conceituais. Em ambos os casos, se está diante de uma forma de poder que passa a se concentrar na administração da vida das populações, e não apenas na disciplina dos corpos individuais. O controle biopolítico, especialmente, revela-se como uma forma de concretização desse poder nas instituições e práticas sociais, operando como uma gestão técnica e política das populações (Mbembe, 2018a).

mas um controle e uma gestão, haja vista que a destruição dos corpos – de alguns corpos – é interessante ao mercado e, por assim dizer, ao próprio Estado, o que destaca o seguinte problema de pesquisa: com base no materialismo histórico de Antonio Negri, como os mecanismos de controle operam na era do “Império”, especialmente considerando a cidade como espaço de conflitos entre subjetividades antagônicas?

Para tanto, este estudo se propõe a identificar de que forma o controle se manifesta na atualidade por meio das tecnologias cibernético-digitais, tendo como campo próprio para o desenvolvimento dessas práticas a cidade – neoliberal –, constituindo-se em nova forma de controle social na era do “Império”. Em uma primeira análise, busca-se compreender as problemáticas que se evidenciam a partir da construção das cidades em razão das alterações sociais, sobretudo no contexto de avanço tecnológico. Por conseguinte, o objetivo também reside na necessidade de analisar-se a forma como a relação estabelecida entre a cidade e a tecnologia moderna resulta em uma configuração de controle específica da era do “Império”. Além disso, também busca-se compreender de que forma todo esse contexto direciona a guerra na metrópole à uma guerra contra a metrópole, partindo-se dos processos de insurreição e da própria constituição do comum.

O estudo busca auxílio no método de abordagem dedutivo e no método de procedimento estruturalista, para além da técnica de pesquisa bibliográfica. Além disso, o estudo se utiliza do método do materialismo histórico pela concepção de Antonio Negri, o qual entende ser necessário transpor as construções do método marxiano. Não significa, entretanto, que o método de Marx tenha se tornado obsoleto, porém que seu modelo não é suficiente para interpretar a realidade tal qual ela se apresenta agora, tendo em vista que a estrutura capitalista, a relação entre classes e os modos de produção também se modificaram com o passar do tempo (Hardt; Negri, 2014, p. 189)³. Cabe valer-se dos elementos essenciais da composição pensada por Marx, quais sejam: a tendência histórica, a abstração real, o antagonismo e a constituição da subjetividade (Hardt; Negri, 2014, p. 189), a fim de reordenar as leituras possíveis da estrutura dominante atual. De posse desses elementos, pode-se pensar nos novos caminhos traçados pelo capitalismo, dos quais a utilização do medo e do risco supostamente eminentes são subterfúgios que se repetem em sua forma de atuação, sendo que a cidade acaba sendo palco e instrumento viável à implantação de aparatos securitários.

A transformação do espaço urbano acompanha as mudanças efetuadas pelo próprio capital. Assim, ao concluir que o capital opera na produção e reprodução das desigualdades em todas as camadas

³ Em que pese não seja recomendada a utilização de citações nesse momento, essas em específico são cruciais para que se entenda a utilização da metodologia em questão.

da vida social, compreende-se que a tendência histórica retorna em forma de periodização repetindo paradigmas anteriormente constituídos (Hardt; Negri, 2014, p. 190). Significa dizer que paradigmas hegemônicos que compõem as espécimes de macro e micropolítica são retomados em diferentes contextos, operando por diferentes políticas que encampam o velho com nova roupagem, isto é, o mesmo conteúdo interior com o exterior remodelado. Ao utilizarem-se da ideia de isomorfismos elaborada por Michel Foucault, Hardt e Negri sustentam a reinserção de instituições disciplinares que se repetem na realidade social, numa retomada de paradigmas (Hardt; Negri, 2014, p. 191).

Na contemporaneidade, técnicas de controle dos indesejáveis se reproduzem como outrora, a segregação de zonas da sociedade para habitação de determinados indivíduos, o acesso a direitos e recursos necessários à subsistência, a insígnia que demarca os diferentes, são componentes já utilizados na era colonial e que agora são parte inseparável da composição da cidade. A metamorfose capitalista impera refletir e tensionar os elementos que Marx empregou, como as divisões de trabalho – onde se enquadra a abstração real – também fragmentam as localidades da cidade conforme a acumulação de capital; como o antagonismo, ou melhor, as classes que ocupam os espaços urbanos, se organizam para viver e lutar e, por fim; a constituição da subjetividade que se moldará aos ditames do capital – e seu projeto político-econômico neoliberal – para gerirem e serem geridos nas engrenagens da vida-capital. Todos esses coeficientes se apresentam na composição do espaço urbano enquanto poder e contrapoder.

Com isso em mente, a análise ora exposta possibilitou destacar algumas conclusões e resultados parciais: se em um primeiro momento é possível entender que há um forte controle da população e das próprias subjetividades por meio de uma governamentalidade cibernético-algorítmica, também o que se observa é uma atuação cada vez mais presentes de insurreições que buscam romper com tais paradigmas. Além disso, a cidade não mais se revela apenas como um fim, mas também como um meio para a reprodução das diferentes formas de controle, sendo concebida, percebida e vivida como campo de disputa simbólica e política.

1. A CIDADE ENQUANTO CAMPO PARA A INSTITUIÇÃO DE TECNOPOLÍTICAS DE CONTROLE

Lefebvre (2016) e Harvey (2014), apesar de divergentes em alguns aspectos, concordam em um sentido de interpretação da cidade: ela se dá de forma dialética. A cidade é, por assim dizer, um espaço de simultaneidade, e isso, por si só, evidencia o quão contraditória e complexa ela pode ser, seja em razão da forma como se dá a construção de espaços, seja na definição de identidades em meio ao processo de urbanização. A cidade também é um espaço de produção do capital, com uma polarização na distribuição de riquezas que aumenta na mesma proporção em que a ética neoliberal fixa-se no cotidiano da população.



Nessa perspectiva, a cidade cada vez mais se engendra como um complexo de infraestrutura, logísticas e fluxos de sujeitos, informação, capital e identidades que contam a cidade de formas diversas a partir dos lugares que ocupam, e aos quais muitas vezes estão necessariamente destinados, ou, até mesmo confinados. Com apoio no Comitê Invisível (2018), esse processo se desenvolve nas trilhas do que se denomina por capitalismo cibernético⁴ e/ou cibernético-colonial⁵, que constitui a cidadania neoliberal como uma máquina cibernética de produção, vigilância e controle, em que sujeitos e populações vivem, sobrevivem e produzem dentro da lógica do capital e dependem necessariamente da infraestrutura e logística urbana para viver – ou somente sobreviver, para alguns sujeitos. Do sujeito precarizado à criação do empreendedor de si, o que se tem é um aumento do discurso que fomenta a desigualdade urbana e social. Os resultados dessa polarização crescente denotam, por outro lado, que os resultados estão inscritos nas formas espaciais da cidade, “que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante” (Harvey, 2014, p. 48).

É a lógica de uma cidade global, algo perceptível em uma realidade de capitalismo cibernético – e/ou cibernético-colonial – que divide a sociedade a partir de elites financeiras e grandes porções de trabalhadores de baixa renda, os quais são rotulados enquanto marginalizados ou desempregados (Harvey, 2012), e que se acentua diante do avanço tecnológico. É principalmente aqui que se destaca a crítica inicialmente apontada e que se direciona à esquerda tradicional. Hoje, com todas as problemáticas

⁴ Aqui, ao se falar em capitalismo cibernético, parte-se da proposição feita pelo Comitê Invisível (2018) de que o paradigma capitalista contemporâneo investe sobre a dimensão da infraestrutura e da logística, constituindo tecnologias de governo dos sujeitos implicados nesse sistema de produção. Ao mesmo tempo, a partir das leituras de Santos (2003; 2022) é possível compreender a cibernética como uma tecnologia de governo dos sujeitos e das suas relações com humanos e não humanos, numa perspectiva relacional humano-humano, humano-máquina, máquina-máquina, e nesse sentido, apropriado pelo capitalismo, gerir populações, sujeitos, passar a ser um trabalho do governo cibernético baseado nas tecnologias cibernéticos-digitais instituidoras de uma governamentalidade cibernético-algorítmica que institui campos cada vez mais abrangentes de atuação do capitalismo contemporâneo e suas mais variadas roupagens contidas no capitalismo cibernético – capitalismo de vigilância, capitalismo de plataforma, capitalismo digital, capitalismo de dados, etc. Nesse contexto, ainda é importante referir Tiqqun (2018) para quem a cibernética organiza um mundo autônomo em que engendra-se o projeto político do capitalismo cibernético que o acompanha constituído a partir de uma maquinaria binária instituída pelo “Império”, e que da forma à uma máquina de guerra mundial materializada como guerra contra os indesejáveis pelo capital, constituindo o que TIQQUN denomina de hipótese cibernética.

⁵ Quando se utiliza aqui o termo capitalismo cibernético-colonial, compreende-se em certa medida um desdobramento do capitalismo cibernético no que tange especificamente às sociedades coloniais – pós-coloniais, ou, ainda coloniais, mas, sem dúvida alguma oriundas e trazendo as marcas do empreendimento colonial – como a brasileira, em que a aplicação da cibernética como forma de governo implica necessariamente ter-se em conta a constituição e manutenção de um projeto capitalístico-colonial que mantém a aplicação no nível interno da política da plantation. Em países de modernidade tardia como o Brasil, o projeto capitalista cibernético só se desenvolve com a sua dupla face colonial consubstanciada na política segregacionista, racista, e de extermínio da plantation, agora desenvolvida no seio da democracia contemporânea, e contra determinadas populações, contra sujeitos determinados e em determinados territórios (Barbosa, 2021); (Moraes, 2021); (Mbembe, 2018a; 2018b).

em voga, parece ser inviável se fixar na ideia industrial da força de trabalho ou mesmo na ideia de uma organização fabril. Existe um reflexo diretamente oposto à organização fabril na medida em que há uma abstração cada vez maior da força de trabalho, disseminando pelos territórios diferentes formas de produção e as diferentes percepções sobre os novos sujeitos sociais.

Tal dispersão do trabalho se dá em grande parte pelo avanço da tecnologia e pela própria plataformização do trabalho. De acordo com Duarte e Firmino (2010) o avanço tecnológico faz com que a realidade espacial seja repensada, de modo que subsista uma necessidade de adaptabilidade dos espaços com o fim exclusivo de incluir a tecnologia à sua infraestrutura. Um desenho adaptativo, mas que também pode ser compreendido a partir de seu caráter transformativo: não mais se busca a inclusão de tecnologias em espaços já existentes. O que se busca, no entanto, é a criação de espaços para que a tecnologia possa ser contemplada.

As recorrentes mutações sociais denotam uma realidade em que o virtual e o físico coexistem, sendo que a própria noção de existência e ocupação passa a sofrer relativização frente à mobilidade ocasionada pela tecnologia, não se tratando, portanto, “de uma espacialidade que abole o espaço, – como já foi considerado –, tampouco uma espacialidade suplementar – como espaços virtuais fechados em seu universo codificado –, mas infiltrações entre diferentes espacialidades físicas e informacionais através das redes digitais de comunicação” (Duarte; Firmino, 2010, p. 108). A cidade está infiltrada pela tecnologia que a modifica e até mesmo a conduz de uma forma diversa da qual ela foi pensada e estruturada, o que impacta diretamente no ambiente urbano na atualidade.

A nova estrutura das cidades é pensada em prol das cidades tidas como neoliberais, sendo a ética neoliberal a responsável por fomentar um discurso de “todos contra todos” ou de “cada um por si”, de modo que o próprio Estado acaba ficando em segundo plano de forma bastante proposital: se é “cada um por si” e a guerra é generalizada, a responsabilidade vai recair sobre todos, menos sobre o Estado e aqueles que o influenciam por meio de grupos de pressão.

Essa reconfiguração dos espaços proporciona uma circulação de informações através de painéis de controle, sensores, câmeras de vigilâncias, *Wi-Fi*, *QR Codes*, plataformas automatizadas e tantos outros mecanismos que são utilizados sob o argumento de segurança ou até mesmo de turismo (Lemos, 2010; Zuboff, 2020). É uma realidade, no entanto, que ultrapassa a mera utilização de tecnologias para fins de facilitação de atividades tradicionalmente desenvolvidas em espaços físicos. O que se observa é a construção de uma virtualização dos espaços, buscando uma hiperespacialidade que se torna o campo central de análise e de ações: “movimentos populacionais, padrões de ocupações urbanas ou análises socioeconômicas prescindem da ‘ida a campo’, e ações de rearranjo urbanos têm decisões tomadas com referência à hiperespacialidade codificada” (Duarte; Firmino, 2010, p. 105).



Pode-se pensar na cidade pela perspectiva de uma dadosfera, ou seja, uma série de dados que estão dispostos naquela localidade e podem ser lidos por máquinas das mais diversas espécies e funcionalidades e que, com frequência, escapam à visão e inteligibilidade humana (Beiguelman, 2021, p. 82). Como refere o Comitê Invisível (2018), na era do capitalismo cibernético cabe ao governo gerir as interconexões entre sujeitos, artefatos e máquinas, de modo a garantir a livre circulação de informação. Porém, essa circulação é controlada dentro das malhas digitais-preditivas do próprio aparato capitalístico-cibernético. A partir do momento em que a vida humana passa a ser compartilhada nas redes sociais de forma simultânea ao transcorrer dos acontecimentos e, conseqüentemente, interpretada pelos algoritmos, há um cruzamento da vida compartilhada com a cultura da vigilância e controle (Beiguelman, 2021, p. 49), o que implica a previsibilidade e rastreabilidade da vida em todos os seus níveis, desde o comportamento à localização geográfica.

É a reordenação da cidade a partir de um urbanismo assentado no modo de produção capitalista, agora, *neoliberalizado*, que, para além dessa configuração, reúne em sua gênese a utilização de tecnologias preditivas de vigilância e controle. “A produção do espaço urbano na cidade contemporânea tem se desenvolvido sob o paradigma do capitalismo neoliberal. Tal circunstância impõe, sobre a produção e o uso desse espaço, uma lógica de cercamentos e exclusões que não se fundamenta apenas naquilo que orienta exclusivamente os aspectos econômicos do neoliberalismo” (Maziviero; Carmo, 2023, p. 714), como também dá conta da produção social de processos de expropriação, exclusão e extermínio nas metrópoles urbanas.

O que se destaca, no entanto, é que a utilização dos aparatos tecnológicos se dá a partir do argumento de segurança pública, mas ignora-se que a própria essência de segurança pública é problemática e construída a partir de uma visão hegemônica de sociedade, sendo que a automatização de tal aspecto – a segurança –, sem que tais questões sejam problematizadas, leva à completa inoperância. A percepção acerca do urbano e do próprio direito à cidade se dá em razão de alguns marcadores específicos que fazem parte da construção da política urbana, incluindo, mas não se limitando, a atuação da força policial no âmbito da segurança pública, a ausência de segurança e de vigilância no espaço urbano quando pensada a ocupação por marginalizados, a (in)eficácia das políticas públicas quanto ao uso do espaço urbano e ao próprio direito de livre circulação e, principalmente, as condutas que fomentam a cultura hegemônica e que impossibilitam o uso pleno do espaço público.

Quanto se pensa, por exemplo, na ocupação das cidades por pessoas marginalizadas, já há um estigma que leva à hipervigilância das próprias subjetividades: enquanto membro da população *queer*, sempre há uma vigilância sobre o próprio ser, sobre como se portar e sobre que lugares se pode ocupar. Não suficiente, soma-se a isso uma vigilância que vem de fora, que nutre um medo sobre algo que, por

vezes, pode parecer invisível. Há uma dupla fiscalização frente a determinados corpos. A compreensão de tais marcadores se dá essencialmente em razão da necessidade de se ponderar a forma como a lógica capitalista é refletida no espaço urbano através de aparatos repressivos, eis que o medo que os grupos marginalizados têm de determinados sujeitos sociais assume uma lógica geográfica e arquitetônica. Além disso, e conforme apontado por Leslie Kern,

As características sociais entram em jogo, principalmente por meio de estereótipos e da disseminação do medo de que posicionam grupos como os homens de cor ou os sem-teto como ameaçadores. Para mulheres de cor, que relatam níveis mais elevados de assédio e violência do que mulheres brancas, homens brancos e figuras de autoridade do sexo masculino, como policiais, podem ser especialmente preocupantes. Mas, uma vez que temos muito pouco controle sobre a presença de homens em nossos ambientes, e não podemos funcionar em um estado de medo constante, deslocamos parte do nosso medo para os espaços: ruas, becos, plataformas de metrô, calçadas escuras da cidade (Kern, 2021, p. 200).

O medo é a marca mais visível da forma como a lógica hegemônica interfere na ocupação do espaço urbano quando se está diante de grupos marginalizados, e esse medo também é utilizado como pano de fundo para a construção de espaços vigiados constantemente. É a marca de uma guerra invisível que nunca acaba, tratando-se de uma complexa militarização da vida urbana como um todo, uma realidade em que o uso das tecnologias passa a vestir uma roupagem militar e avançada, “entre a vigilância e o controle da vida cotidiana nas cidades ocidentais e as agressivas guerras de colonização e de recursos” (Graham, 2016), caracterizando um novo urbanismo militar. Diferentes espaços, públicos e privados, passam a ser alvos diante desse cenário de militarização, sobretudo quando se leva em consideração o imaginário que se cria ao redor do discurso de guerra constante, o qual ganha direcionamentos diversos a depender dos interesses em voga – contra as drogas, contra crime e contra o próprio senso de segurança –. Em uma visão estatal, isso também implica no deslocamento do uso dessas tecnologias militares para o centro da construção das cidades quando se está diante da estruturação de todo um aparato voltado à segurança pública (Graham, 2016).

O processo de militarização da vida urbana não ocorre isoladamente, contudo. Ele ocorre em um contexto de urbanização da vida e de constante deslocamento da população em uma relação de campo e cidade⁶. Em outros termos, o campo passa, cada vez mais, a ser urbano, e a vida passa a ser

⁶ Para Henri Lefebvre, a relação cidade-campo “mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação. Mas ainda, numa mesma época, manifestam-se relações bem diferentes” (2016, p. 77). Além disso, aponta que a relação cidade-campo se transforma também em um aspecto de produção, haja vista que “a exploração do campo circundante pela cidade, dentro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação” (2016, p. 77). A cidade em constante expansão acaba por atacar o campo, corrompendo-o e dissolvendo-o.

eminentemente urbana e complexa – o que possibilita que essas tecnologias de controle possam penetrar de forma cada vez mais intensa o pano de fundo das conjunturas alocadas no âmago da cidade. Além disso, “aplicadas sobre e na extensão das paisagens urbanas do dia a dia, trazendo à tona estilos radicalmente novos de movimento, interação, consumo e política, de certa forma elas se tornam a cidade” (Graham, 2016), e isso destaca que, hoje, a infraestrutura das cidades é, ao mesmo tempo, urbana e tecnológica, possibilitando uma violência contra elas e por meio delas.

Isso destaca aquilo que inicialmente já se apontou neste produto de pesquisa: hoje, a tendência é de criar espaços que possam ser monitorados e que possam servir de palco para a utilização das tecnologias, e não o contrário. Se antes o objetivo era voltado à análise dos espaços e sobre como se poderia pensar em tecnologias que poderiam ser utilizadas em tais espaços, hoje o processo é inverso e o objetivo consiste muito mais na criação de tecnologias e, posteriormente, na criação de novos espaços que possam ser cada vez mais vigiados. Como se cada novo espaço criado pudesse servir como um teste beta para a utilização de novos aparatos tecnológicos. Essas técnicas de monitoramento ganham uma vazão considerável em sua utilização quando fomentados os discursos de segurança e luta em uma guerra iminente, cenário que também destaca a necessidade de rastrear, identificar e acompanhar o outro que é codificado enquanto perigo ou ameaça diante da massa urbana. Há, a partir disso, uma notória imbricação entre arquitetura tecnológica de consumo e mobilidade e toda uma arquitetura estruturada dentro de um espectro político que rotula e apaga determinados sujeitos⁷.

O histórico pós-guerra revela uma série de conexões frente à cidade, sobretudo no contexto da segunda grande guerra, e isso torna-se um fator comum na medida em que, conforme apontado por Gerfried Stocker (1998, s.p), “não existe esfera da vida civil em que a frase ‘a guerra é o pai de todas as coisas’ tenha uma validade tão incontestável quanto no campo de tecnologia digital de informação”. Se de um lado a realidade torna-se cada vez mais urbana na relação cidade e campo, reforçando uma construção política de urbanização e exclusão de grupos marginalizados, por outro lado, o que se observa é uma evolução dos aparatos tecnológicos em prol de uma militarização dos espaços habitáveis.

Essa relação também pode ser compreendida a partir dos estudos de Shoshana Zuboff, especialmente levando-se em consideração o que a autora define enquanto “capitalismo de vigilância”.

⁷ Quando não impede esses sujeitos de ocuparem os espaços que mesmo precários, são os únicos possíveis. Nesse sentido, as *arquiteturas hostis* são as estratégias arquitetônicas utilizadas para retirar moradores de rua ou transeuntes de estarem debaixo de viadutos, em frente a agências bancárias e outros locais que não queiram a ocupação de pessoas. Na forma de paralelepípedos, grades, canteiros, barras de ferro, barreiras de concreto ou qualquer arquitetura que seja revestida de formas limitadoras, visuais ou físicas (Sayuri, 2021). Para proibir a prática das arquiteturas hostis, foi promulgada a Lei n. 14.489, de 2022, conhecida como Lei Padre Júlio Lancellotti, a qual também designa que os espaços públicos possam ser de usufruto de todos (Agência Senado, 2022).

Para a autora, o capitalismo de vigilância “reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais” (Zuboff, 2020, p. 18). O que implica, nas trilhas de Amaral, (2020) operar com diversos dispositivos e técnicas de monitoramento que constituem, sobretudo, as grandes metrópoles na contemporaneidade enquanto ambiente e estrutura de controle e vigilância. Como bem refere o autor (2020, p. 265-266), “todos ou quase todos os cidadãos e quase-cidadãos são suspeitos, rastreáveis pelos cálculos algorítmicos. Todos são virtuais terroristas, sediciosos, focos de perigo e contaminação, mas todos devem participar dos monitoramentos e serem monitorados [...]”, o que deixa claro que os dispositivos de controle, vigilância e monitoramento estão dispersos entre todos, fazem parte de uma subjetividade mediada pela maquinaria algorítmica do controle, e conformada com a lógica da extração e predição de dados que nos cataloga e coloca entre os riscos e temores que devem ser combatidos ou até mesmo eliminados. As estruturas articuladas em razão do capitalismo de vigilância operam uma racionalidade que interfere nos mais variados aspectos da sociedade, e ele, para além de tais questões,

[...] age por meio de assimetrias nunca antes vistas referentes ao conhecimento e ao poder que dele resulta. Ele sabe tudo sobre nós, ao passo que suas operações são programadas para não serem conhecidas por nós. Elas acumulam vastos domínios de um conhecimento novo proveniente de nós, mas que não é para nós. Elas predizem nosso futuro a fim de gerar ganhos para os outros, não para nós. Enquanto o capitalismo de vigilância e seus mercados futuros comportamentais tiverem permissão de prosperar, a propriedade desses novos meios de modificação comportamental irá ofuscar a propriedade dos meios de produção como o manancial da riqueza e do poder capitalistas no século XXI (Zuboff, 2020, p. 22).

Com o aumento da vigilância nos espaços, casas, ruas e tantos outros locais deixam de dar palco à simultaneidade defendida por Lefebvre (2016) e passam a revestir esse aparato tecnológico que pega para si o espaço urbano como se fosse tão somente uma rede hiperconectada através de GPS e ângulos de câmera (Zuboff 2020). Como apontam Amaral e Dias, (2020, p. 10) tais tecnologias vão desde as mais evidentes, como “câmeras de vigilância, reconhecimento facial ou rastreamento de veículos (GPS), até ações aparentemente simples como registro de trajetos de corrida, preferência de compra online, desbloqueio de smartphones através da inserção de digitais (biometria) ou de verificação da íris dos olhos”. É, mais que tudo, uma verdadeira imposição da realidade cibernética em detrimento da vida urbana e da própria luta por espaços, sobretudo quando se leva em consideração que se está diante dos invasores do século XXI que não demandam uma autorização ou permissão para ingresso nos espaços – e a consequência disso é a criação de uma falsa percepção da realidade e sobre a própria ideia de segurança.

Isso também destaca uma verdadeira capitalização das vulnerabilidades e uma dupla expropriação dos espaços habitados. Se, de um lado, o que se destaca é um processo de militarização



urbana tendo como palco de atuação as cidades, por outro lado o que também se observa é uma utilização dos aparatos tecnológicos como forma de fomentar o lucro a qualquer custo e que penetra a vida cotidiana de distintas formas. Veja-se, como exemplo, o crescente uso de plataformas digitais voltadas aos jogos de apostas. Para além da captação de dados dos usuários, também é uma forma de tornar vulneráveis pessoas que já sofrem com a vulnerabilidade marcada pela pobreza, pelo isolamento, pela falta de emprego e pela falta de acesso a serviços básicos. É o uso da tecnologia como forma de controle e também como forma de se obter lucro a qualquer custo — e o custo sempre possui uma dupla via: o custo financeiro em favor de determinados grupos e o custo negativo da vida de grupos marginalizados.

Além dessas tecnologias, o processo de dronificação é cada vez mais presente no cenário urbano militarizado. No contexto brasileiro, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) é a responsável por criar regras para as operações civis de aeronaves não tripuladas, também conhecidas como drones. Com base em seus dados (2022), é possível observar, em um período que vai de jan./2020 e abr./2022, um aumento de 36.86% na quantidade de drones cadastrados junto ao banco de dados da Agência, ao mesmo tempo em que se observa um aumento de 59.76% de drones cadastrados e que são utilizados para fins profissionais. O uso dos drones sofreu aumento considerável sobretudo após os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos, visto que, ao projetar seu poder sem, no entanto, projetar vulnerabilidade, “tais dispositivos possuem a capacidade de reconfiguração das categorias biopolíticas imaginadas até então – através de um olhar constante sobre o inimigo, formulam projetos de redefinição do poder soberano de vida e de morte” (Amaral et al, 2020, p. 279). Trata-se, em verdade, de uma “dronificação do poder” (Amaral et al, 2020), que acaba caracterizando-se enquanto uma consequência da securitização da vida em sociedade.

Nesse sentido, com Moraes (2021, p. 34) é possível concluir que “a hegemonia cibernética amplia o espectro do codificável transformando a vida em um conjunto de dados, informações, métricas e avaliações que aprimoram os dispositivos de controle”, e isso incide diretamente sobre os mais vulneráveis, seja social ou economicamente. Além disso, as populações periféricas organizadas sob a marca da racialização, luta de classes e diferença de gênero se colocam cada vez mais à mercê dos dispositivos de segurança estatais ou privados organizados e controlados pelo capitalismo de vigilância que se constitui(u).

Em uma perspectiva biopolítica, esses mecanismos securitários são incorporados pelo cotidiano da população, sempre através de uma justificativa voltada à (in)segurança, e seus reflexos vão sendo observados na construção da própria infraestrutura das cidades. Além disso, aos poucos os espaços das cidades vão se transformando em campos de batalhas, “na medida em que se supõe que os inimigos se camuflam dentro do caos dos grandes centros urbanos” (Amaral et al, 2020). Através do argumento de

segurança ou comodidade – se pensado o aspecto relativo à construção de cidades inteligentes –, a população “autoriza” – mesmo que inconscientemente – a deflagração de uma guerra construída em desfavor de um inimigo invisível e que pode estar em qualquer espaço, e isso reforça as práticas de controle e vigilância enquanto instrumentos do capitalismo cibernético-colonial no contexto de guerra securitária e da própria militarização das cidades.

Para Amaral e Dias (2019), esses mecanismos de controle e vigilância podem ser consideradas um elemento que possibilita a análise de ações voltadas à segurança e à própria manipulação dos dados, o que, em um contexto capitalista de vigilância – “imperial”, sobretudo –, significa que os dados passam a fazer parte da economia e da segurança. Analisar o campo real da vigilância significa adentrar aos aspectos de uso e manipulação dos dados, e isso faz com que algumas características sejam reforçadas e que, ao final, seja possível compreendê-las enquanto eixos das práticas de controle e vigilância atuais: concentração, sistematicidade e rotina que, respectivamente, implicam na existência de uma atuação específica dos sujeitos, um caráter eventual ou até mesmo aleatório de algumas manobras e de uma rotina que normaliza determinadas técnicas utilizadas (Amaral; Dias, 2019).

O processo de controle e esquadramento da vida nas sociedades atuais, dispõem de técnicas e dispositivos que modificam as práticas, formas e estruturas de controle à disposição e que são usadas nesse desiderato, caracterizando justamente a transição da sociedade disciplinar para a sociedade do controle, haja vista que a vigilância operada sobre os corpos em uma perspectiva individual tornou-se insuficiente aos interesses do capitalismo cibernético-colonial. Como afirma Hoffmam (2023), as técnicas, estruturas, formas e dispositivos de controle que constituem o aparato de segurança das democracias securitárias, é do campo da cibernética, e logo, estão colocados como características insuperáveis da sociedade constituída na atualidade, desde as feições do que se pode chamar de capitalismo cibernético-colonial. É nesse sentido que Amaral (2020), ao referir o que denomina de dispositivo monitoramento, o caracteriza como a forma de governo das metrópoles contemporâneas, e, logo, das suas infraestruturas e logística. Instaure-se um ambiente irrestrito de vigilância e monitoramento responsável pela segurança de todos, sejam eles cidadãos ou não, na lógica de inclusão-excludente dos dispositivos e tecnopolíticas de controle.

A lógica de dominação dos sujeitos é fixada, enquanto mecanismo fluído de controle e que visa a facilitar os fluxos de vigilância, manuseio e manipulação dos dados, apresentando-se conforme um “emaranhado de técnicas, aparelhos, aparatos e práticas de controle que estão calcadas no domínio do ser humano a partir da captura, tratamento e transformação dos dados pessoais, implicando um novo paradigma biopolítico de controle” (Hoffmam, 2020, p. 726). A cidade, por conseguinte, é um campo fértil ao exercício do controle e da vigilância nesse momento, na medida em que o espectro biopolítico ali

observado denota uma atuação biopolítica constante no(s) corpo(s) e em seus movimentos dentro do panorama de controle populacional, fazendo com que se perpetue o paradigma de segurança – e até mesmo se transmute para um paradigma de defesa – frente às incertezas da vida urbana e ao estado de guerra global inacabável na era do “Império”.

O que se pretende esclarecer, portanto, é a importância de se compreender a metrópole para além do que hoje é vista: há uma governamentalidade algorítmica que é marcada pela transição de uma racionalidade de soberania do território para uma roupagem informacional de governança cada vez mais difusa e distribuída. A cidade passa a ser marcada por uma instância material e simbólica, mas também por uma modulação do processo urbano na medida em que a dialética de tal processo atribui ao sujeito urbano a responsabilidade por sua própria segurança em um imperativo do autoaperfeiçoamento sob constante monitoramento. Nesse entrelaçamento urbano a ideia de uma cidadania digital perde sentido político e torna-se apenas um processo funcional à gestão das populações marginalizadas, de modo que a urbanização neoliberal deixa de apenas moldar o espaço das metrópoles, mas recodifica o próprio imaginário social.

2. A CIDADE INSTRUMENTALIZADA PELA GUERRA NA ERA DO “IMPÉRIO”

Refletir acerca do paradigma “imperial” impõe repensar o conceito de soberania. Na composição atual, o “Império” é esse conglomerado de entidades híbridas guiadas por hierarquias flexíveis, onde o poder é exercido de maneira pulverizada (Hoffmam, 2020, p. 726). A partir dessa mudança da soberania, há uma modificação fronteiriça e territorial, porque os limites anteriormente existentes não são mais suficientes para conter as metamorfoses do “Império”. Verificam-se fissuras no interior dos estados-nação onde a guerra passa a ser exercida como método de controle e não mais na perspectiva da modernidade, quando – em regra – era banida do terreno civil (Hardt; Negri, 2014, p. 25). Portanto, conforme observado por Hoffmam (2023), a constituição da guerra como forma de governo – ou como governamentalidade – constitui conjuntamente um sistema de produção e controle fluídos, expandido ao máximo, que se estrutura a partir da partilha biopolítica, da realização cognitiva, imaterial e comum do trabalho, que passa a ser também a partilha comum da vigilância, sobretudo nas formas securitárias de democracia que materializam nas cidades/metrópoles contemporâneas o estado de guerra global pelo qual o capitalismo cibernético-colonial conduz o mundo.

O “Império”, nesse sentido, está ubiquamente materializado no cenário social, estando em todo lugar e em lugar algum, simultaneamente (Hardt; Negri, 2001), algo permeável em uma ambivalência decorrente do próprio processo de globalização. Assim, o “Império” surge em uma realidade de transformações contemporâneas, uma nova economia global que ofereceu à soberania uma nova forma,



“composta de uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única” (Hardt; Negri, 2001, p. 12), primordialmente a regra do capital. Para Negri e Hardt (2001), essas transformações denotam um declínio da soberania dos Estados-nação, mas isso não significa que a soberania como tal esteja igualmente em declínio. Significa, no entanto, que os controles políticos, as funções do Estado e os mecanismos de regulação e modulação continuaram a determinar a forma de produção, mas com uma roupagem distinta.

Esse declínio da soberania exercida pelo Estado-nação constitui-se enquanto sintoma primário da chegada do “Império”, haja vista a constante desconstrução do que se pode entender enquanto fronteiras territoriais e a forma como tal refletiu no exercício de diferentes soberanias no decorrer de sua permanência. Diferente do que se observa em uma noção de *imperialismo*, o “Império” não se estabeleceu em um centro territorial de poder, assim como também não se baseou em uma fronteira ou barreira fixa, mas caracterizou-se enquanto um “aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão” (Negri; Hardt, 2001, p. 12). Logo, deve-se pensar na realidade do “Império” como um “poder em rede” (Negri; Hardt, 2014, p. 10), ou seja, “uma nova forma de soberania, que tem como seus elementos fundamentais, ou pontos nodais, os Estados-nação dominantes, juntamente com as instituições supranacionais, as grandes corporações capitalistas e outros poderes” (Hardt; Negri, 2014, p. 10), um domínio ramificado que coaduna bastante com a presente conjuntura do *capitalismo de vigilância* (Zuboff, 2020) que opera inevitavelmente por meio da dadosfera (Beiguelman, 2021).

Nesse contexto, o objeto de desejo dentro do espectro “imperial” é a vida social como um todo. Com base nisso, o “Império” apresenta-se enquanto um paradigma de biopoder, o que se dá especialmente considerando que, em tempos de capitalismo cibernético, a produção capitalista tende a ser produção biopolítica, um cenário em que o econômico, o político e o social passam a se compor dialogadamente (Hardt; Negri, 2001). Desse modo, não é forçoso pensar na cidade instrumentalizada pela guerra no contexto do “Império” se levado em conta que é na cidade que as relações sociais, políticas e econômicas se desenvolvem, onde se abriga grande parte da vida social que produz e reproduz capital. Logo, a instrumentalização dos espaços urbanos é viabilizada pela “própria natureza da cidade moderna – sua dependência de complexas redes de infraestrutura, sua densidade e anonimato, sua dependência de água, alimentos e energia importados – cria a possibilidade de violência contra ela, e *por meio dela*” (Graham, 2016, p. 39, grifo do autor) e, por conter todos esses elementos essenciais à vida, eles acabam sendo moeda de troca importante para a perpetração de poder a figuras estatais ou não (Graham, 2016, p. 41).

Por este viés, a cidade passa a ser palco para a prática das formas mais variadas de controle e do próprio processo de militarização urbana, muitas das vezes se constituindo a partir do argumento de segurança pública com intervenções diretas⁸ – com medidas vestidas de legalidade – ou apenas pela negligência em permitir que certas práticas ilícitas continuem ocorrendo. É o que Mbembe (2018a) identifica como a perpetuação e extensão dos métodos da *plantation* para o seio das democracias contemporâneas, em que é possível afirmar que o capitalismo cibernético é a potencialização dessa tecnologia para o seio da população global, empreendendo uma periferização nos limites do Estado, e constituindo os espaços-tempo sitiados da metrópole, que no caso de Estados como o brasileiro – e os latino-americanos em geral – conflagra verdadeiras zonas de guerra e exclusão nos limites dos grandes centros urbanos.

A administração da guerra nas cidades e com as cidades e seus substratos se configura numa tentativa de gerir as subjetividades, os desajustados, os indesejáveis e todos aqueles que desafiam de algum modo a lógica abusiva do capital (Sauvêtre; Laval; Guéguen; Dardot, 2021). No neoliberalismo, esse modo de fazer gestão torna-se ainda mais comum, tendo em vista que a política neoliberal para além de priorizar o sacrifício de tudo o que é público em favor dos interesses e capital privado, estabelece a “economia social de mercado” a todos os graus da existência, a despolitização dos sujeitos, o esfacelamento da vida comum, o abafamento das possibilidades de insurgência e, sobretudo, a política do medo e da insegurança (Amaral, 2023).

Se, antes, o que se buscava era gerir corpos individuais e educá-los paulatinamente, na estética de uma política disciplinar e destrutiva dos corpos, hoje é relativamente fácil de se compreender que a destruição de corpos não mais beneficia ou interessa ao capital corporativo. Pelo contrário, o interesse volta-se ao controle e a gestão em massa, utilizando-se tecnologias que possam fomentar tal aspecto e criando espaços em que tais tecnologias possam ser empregadas livremente e sem qualquer repressão ou repulsão social. É um processo que penetra a vida urbana quase que instantaneamente e sem dificuldades. Ao permitir a gestão externa e a própria autogestão, possibilita-se que determinados corpos possam ocupar determinados espaços — e não ocupar outros — ao interesse do capital e na forma determinada pelo e por meio do próprio capital.

⁸ Mesmo depois de inúmeros casos ocorridos nos últimos anos de chacinas em comunidades periféricas cometidas pela ação das polícias, os números continuam crescendo em 2023. Supostamente, sob um governo mais alinhado à esquerda, os números poderiam diminuir, entretanto o que acontece é o crescimento exponencial das operações policiais e dos mortos resultantes delas. Ainda que os estados do Rio de Janeiro e Bahia sejam os campeões nas taxas de letalidade - com 43% das mortes causadas por policiais em operações - o governo federal vai direcionar ainda mais verba para as polícias desses estados (Amaral; Zarur, 2023).

Se com Mbembe (2018a, p. 32-33) pode-se afirmar que se “[...]a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (ab legibus solutus) e no qual a “paz” tende a assumir o rosto de uma “guerra sem fim””, o capitalismo, sob a sua forma atual por meio da máquina de guerra que é, internalizou a colônia e constituiu áreas periférico-coloniais no âmbito dos Estados-nação em que o controle biopolítico das populações precarizadas – pretos, mulheres, imigrantes, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, operariado precário em geral, etc – se estrutura pela e utiliza tecnologias de guerra. Na realidade brasileira – e essa realidade ainda não mudou – Carneiro (2011) fala de um verdadeiro contrato racial constitutivo de uma democracia e institucionalidade – inclusive jurídica – racializada que conforma o epistemicídio como técnica de governo ou tecnopolítica de controle, exclusão, expropriação e extermínio.

A dinâmica do medo é exposta pela condição de insegurança constantemente apregoada pelo capital e a política-econômica neoliberal, a insegurança passa a ser um afeto que a racionalidade neoliberal persegue incansavelmente (Mbembe, 2017), tornando a hipótese da guerra ubíqua e inacabável uma realidade. As tecnopolíticas de controle, nesse viés, são a garantia da segurança face à insegurança generalizada que as populações marginalizadas oferecem aos sujeitos sociais que ocupam o espaço-tempo da metrópole. Esse contexto necessariamente deflagra um processo constante de apagamento da singularidade defendida por Harvey (2014) e Lefebvre (2016). De acordo com Hoffmam (2023), esse cenário composto no seio das democracias securitárias aciona um biopoder de morte institucionalizado e normalizado, pelo menos contra alguns sujeitos que compõe a sociedade e não são vistos como detentores de direitos frente à ação violenta do Estado e do capital. Assim, o argumento de segurança pública reforça uma constante necessidade de proteção contra ameaças que podem nunca surgir, mediante a utilização de uma vigilância extrema como forma de barrar o perigo do inimigo multiforme, a depender da ocasião.

Para além da naturalização de uma guerra deflagrada, esse estado de controle e vigilância fomenta – e, igualmente, normaliza – uma política de medo do outro, sendo que este geralmente é caracterizado por grupos marginalizados que se opõem à política neoliberal de configuração das cidades e dos espaços habitáveis. A cidade, nesse sentido, não é somente um instrumento da guerra, mas, sobretudo, o lugar no qual se desenvolve a guerra no seio da população (Alliez; Lazzarato, 2021), ao ponto de afirmar o Conselho Noturno (2021) que a guerra não é na metrópole, mas sim contra a metrópole. Dentro da lógica urbana neoliberal, essa guerra se movimenta a partir da produção social nos espaços da cidade fazendo com que sua configuração se dê a tal modo que fomente a configuração “imperial” e neoliberal da metrópole, em meio à militarização do urbano, aumento das práticas de controle, processos

de gentrificação e da própria urbanização, na trilha da expropriação, exclusão e extermínio de determinados sujeitos.

A lógica imperial, conforme visto, denota uma ausência de fronteiras, de modo que possa estar presente em todo lugar e também de modo que se possa ter um *não-lugar* (Negri; Hardt, 2001), mas também alimenta uma ideia de guerra invisível e necessária ao prosseguimento de determinadas práticas de controle. Isso se dá porque uma guerra, para criar e manter uma ordem social, deve ser inacabável, envolvendo necessariamente o contínuo e ininterrupto exercício do poder (Negri; Hardt, 2014), de tal modo que a própria democracia acaba sendo exercida a partir da dialética da securitização.

Para Barbosa (2021), trata-se não mais de gerir populações, mas defender territórios, em uma mutação drástica das questões de segurança, típicas das sociedades de população, para questões de defesa, em que é preciso defender-se dos expropriados e excluídos da democracia *plantation*-securitária, pelo capitalismo cibernético-colonial. É o que se pode chamar de um novo regime tecnocrático em que a dimensão capitalístico-securitária contemplada pelo controle dos registros de dados informacionais-comunicacionais, como também genéticos e humanos, comporta catalogar com mais “propriedade” os sujeitos indesejáveis e destinados ou às zonas territoriais de exclusão, ou às estruturas de segurança e violência “imperiais” sob a forma de democracia securitária (Mbembe, 2018b).

É relativamente simples compreender que todo esse processo de virtualização dos espaços físicos tem possibilitado um aumento das práticas de controle e vigilância e também do processo de urbanização militar, sendo que tal, quando ligado ao constante discurso de medo, segurança e guerra deflagrada, caracteriza-se enquanto prática “imperial” em meio à cidade. Convém, no entanto, compreender a forma como a constituição das cidades, no caminho de uma biopolítica, tem se caracterizado enquanto ponte entre a habitação de espaços e a construção de uma política imperial.

Entender a configuração da cidade demanda a compreensão da própria urbanização do capital, algo que há tempos é defendido por David Harvey. Para o autor (2014), a urbanização tem sido uma ferramenta útil para a absorção dos excedentes de capital e de trabalho no curso da história, de modo que se tornou parte integrante da dinâmica de acumulação de capital. Esse processo de urbanização pressupõe que o poder de classe capitalista possa dominar o processo urbano, e isso “implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre os aparelhos de Estado [...], como também sobre populações inteiras - seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo” (Harvey, 2014, p. 132-133).

Diferente do que a esquerda tradicional possa fazer crer (Harvey, 2014), a cidade e o processo urbano tornam-se fatores importantes na luta política, social e de classe, sendo que a reprodução das relações de produção implica na extensão e na ampliação do modo de produção e da sua própria base



material e imaterial. Em outros termos, ainda que o capitalismo tenha se estendido de modo que tenha subordinado-se a si mesmo, ele também constitui novos fatores de produção e exploração, como o próprio lazer, o conhecimento, a arte e, sobretudo, a vida cotidiana (Lefebvre, 2021, p. 114), fazendo com que os sujeitos que habitam os espaços venham a autorizar o ingresso de novas técnicas de controle aos seus espaços.

Aqui se inclui, outrossim, um debate sobre a própria economia política da cidade, a qual, no entanto, não se confunde à ideia de economia política da urbanização. Para Milton Santos (2012), a economia política da urbanização parte da divisão do trabalho, que permite a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um Estado. A economia política da cidade, de outro lado, é a forma como a cidade opera sua própria organização e configuração, “em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade” (Santos, 2012, p. 114).

O “Império”, agarrado à ideia de constante guerra, demanda uma luta que seja igualmente constante. Levando-se em consideração a forma como a cidade é pensada e o modo que a produção capitalista molda esse cenário, isso exige que, paralelo à revolução econômica, subsista uma revolução política, mediante controle do aparelho estatal, uma autogestão generalizada e uma revolução cultural – e urbana – permanente (Lefebvre, 2016, p. 155). Nessa perspectiva, Harvey (2014) pondera a comunalidade enquanto possível ponto de partida para uma crítica anticapitalista, partindo da ideia de que é a cidade o palco onde pessoas com identidades diversas se misturam – ainda que em constante conflito – com o objetivo de produzir uma vida comum – mutável, no entanto.

Ainda assim, o processo de urbanização capitalista tende a destruir a cidade enquanto comum social, político e habitável, e o “Império” aproveita-se dessa realidade – em uma ética neoliberal – como forma de fomentar uma nova forma de controle, destituída de limites e fronteiras que, no campo do imperialismo, restringiam seu alcance e sua destruição. Diz-se que o “Império” aproveita-se de tais aspectos em uma ética neoliberal considerando justamente o *modus operandi* do neoliberalismo enquanto processo biopolítico, na medida em que ele se constitui “como uma verdadeira nova ‘razão de mundo’, um modo de governar pessoas e sociedades ou, mesmo, um modo de ser-no-mundo” (Casara, 2018, p. 47). Essa produção dos espaços tende a dominar a prática social, o que, no final das contas, demanda o emprego de forças produtivas e de técnicas diversas, além de demandar a

[...] iniciativa de grupos ou classes capazes de intervir a uma grande escala, a intervenção, igualmente, de indivíduos capazes de conceber objetivos a essa escala, atuando num quadro institucional determinado, portadores inevitavelmente de ideologias e de representações, sobretudo de representações espaciais. Ideologias e representações correspondem aos grupos e classes, portanto, às relações sociais de



produção, ou seja, aos obstáculos diante das forças produtivas e das possibilidades que elas contêm (Lefebvre, 2016, p. 125).

Esse espaço deixa de ser algo homogêneo e vazio e passa a vestir uma roupagem instrumental e produzida, e assim o é porque tem as representações como ponto de largada, em uma tecnocracia em que o espaço não é o espaço social efetivado. Enquanto instrumental, esse espaço produzido possui uma predisposição a se comprimir e se fechar, não aceitando outra coisa senão aquilo que é repetitivo. Esse espaço é, ademais, visual e fálico, partindo do olhar soberano de uma presença estatal (Lefebvre, 2016), e também produzido a partir dos interesses de seus “produtores”.

A produção do capital no contexto das cidades torna-se algo relevante não só em razão de ser a cidade o local em que a produção se conserva e por ser a urbanização a melhor forma de direcionar o capital excedente. A importância de tal compreensão se dá porque há uma relação específica entre a biopolítica operada, o controle e a produção capitalista, sendo que as novas formas de produção observadas em um contexto de império reforçam uma ideia de biocapitalismo (Negri, 2014) enquanto forma de controle da vida em sociedade.

É, mais que tudo, uma governamentalidade que consiste no exercício de poder através de táticas diversas⁹ (Amaral; Dias, 2019) e que aos poucos ganham uma roupagem tecnológica frente à militarização dos espaços. A biopolítica, nesse contexto, apresenta-se como uma “nova racionalidade governamental que aparece atrelada agora ao que se chama de população” (Rosa; Amaral, 2017), estabelecendo como aspecto diferencial a própria conexão entre a política e o *ser biológico* – caracterizado pela gestão da vida (Bazzicalupo, 2017).

Em outros termos, “a biopolítica trata do desenvolvimento da vida – fazer viver – e de permitir a morte, e nessa esteira a tecnologia globalizada e interligada ao mercado desempenha conexões essenciais, em uma gestão cibernética da segurança” (Amaral; Dias, 2019, p. 16). Além disso, esse domínio sobre a vida a partir do avanço tecnológico “realça o sentido da cibernética, pois a gestão contemporânea conta com um número enorme de feedbacks, os quais são fornecidos por dados produzidos pelos próprios indivíduos no exercício de suas liberdades” (Amaral; Dias, 2019, p. 16). Para Negri (2014), em uma era de biopoder, que em uma perspectiva de produção engendra o que o autor denomina como sendo o

⁹ Além disso, é importante ressaltar, conforme destacado por Dias e Amaral, que, “inicialmente qualquer exposição sobre biopolítica voltada ao controle da população (e aos debates sobre segurança e o sistema penal) leva em consideração o poder soberano e disciplinar como parte do triângulo composto junto à gestão, o que significa que não se está a entender essas formas de exercício do poder como uma sucessão de superação, mas sim como uma articulação para a concretização da governança do controle ou da governamentalidade. A governamentalidade entendida como forma de exercício desse poder sobre a população através de táticas complexas (estatísticas, cálculos e outras variações recentes), tendo a segurança um papel de destaque como instrumento técnico” (Amaral; Dias, 2019, p. 14).

biocapitalismo, é preciso (re)inventar a biopolítica, de modo que se torne possível pensar em uma “multidão de potentes”, capaz de romper com o conformismo e esse constante devir – o que também é defendido por Harvey (2014), na medida em que a sociedade precisa construir a sua própria comuna de Paris.

Da produção de um processo de urbanização ao biocapitalismo defendido por Negri, é a cidade o palco de tudo: ela é mutável, mas constante, diversa, mas produzida, um fim, mas também um instrumento. Ela é senão uma constante mutável que é produzida enquanto espaço instrumental, pensada a partir dos aparatos hegemônicos e em detrimento do comum – expropriado, excluído e exterminado. Porquanto, a cidade também é o ambiente dos processos de insurreição, das lutas por direitos e da mobilização de tecnopolíticas de combate.

A conjuntura estrutural e funcional do “império” evidencia que não se trata apenas de uma reformulação das relações de poder, mas também de uma reorganização ontológica das formas de governar, controlar e gerir a vida em sociedade. Nesse sentido, a dissolução da soberania tradicional, centralizada na ideia de Estado-nação, e sua recomposição em redes flexíveis de poder transnacional, corporativo e tecnopolítico, revela um modelo de dominação que não mais se ancora em fronteiras fixas, mas que se insinua na vida cotidiana, nas infraestruturas e nas subjetividades. Com isso, a ideia de “império” se destaca como um paradigma centrado no biopoder, cujo principal pressuposto ultrapassa o mero objetivo de controle dos territórios, mas também sobre a própria vida, em um verdadeiro ser-no-mundo.

A cidade neoliberal, nesse contexto, atinge sua melhor faceta e que mais beneficia o capital: ela é sofisticada, tecnológica, militarizada, monitorada, reconfigurada em razão de processos de gentrificação e exclusão e ela se torna, ao mesmo tempo, palco e instrumento de guerra na e contra a metrópole. Longe de ser apenas um processo técnico ou meramente administrativo-estatal, a urbanização revela um eixo central na acumulação de capital e de projeto imperial: a própria urbanização neoliberal. As ruas e seus ocupantes passam a ser alvos estratégicos de uma governamentalidade que opera por meio do medo, da vigilância e da captura algorítmica.

Por outro lado, também é na cidade em que se destacam os embates, as resistências e as contracondutas. É necessário que se compreenda o papel crítico da cidade enquanto espaço de disputa e não apenas de submissão frente à expropriação do capital, de modo que se possa pensar em uma reconstrução do eixo central do urbanismo neoliberal a partir da constituição do comum, da insurgência e da própria ideia de solidariedade, rompendo-se com dispositivos repressivos em uma ótica imperial. Em outras palavras, como sugerem autores como Negri, Harvey e Lefebvre, a perspectiva não reside apenas

na denúncia do “império”, mas em construir, por intermédio dele, as bases para uma outra cidade possível.

3. DA GUERRA NA METRÓPOLE À GUERRA CONTRA A METRÓPOLE: PROCESSOS DE INSURREIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO COMUM

Nesse trilhar, constituir o comum se coloca como condição de possibilidade para a constituição de movimentos de resistência e insurreição ao capitalismo cibernético-colonial, assentados na construção de tecnopolíticas de combate a partir da potência dos corpos que conformam o horizonte multitudinário do possível enquanto realização viva do comum. Logo, pensar e constituir o comum aqui, muito mais do que erigir um conceito, é constituir uma dimensão ontológica, produtiva e prática, capaz de se colocar contra as forças, formas, táticas, técnicas, estruturas e artefatos de vigilância, controle e expropriação do comum produzidos pelo capitalismo cibernético-colonial.

A disputa pela cidade/metrópole, e ao mesmo tempo a luta contra a metrópole, são uma disputa e luta que ocorrem devido à metrópole ser artefato biopolítico e ao mesmo tempo campo de exercício do biopoder, ser da mesma forma lugar para a constituição do comum e dispositivo da expropriação, ou seja, a (re)produção (social do) comum tem como campo ativo do seu acontecimento o território da metrópole, que está colocado em disputa, e ao mesmo tempo contra o comum. Na era do trabalho imaterial – não que não haja mais trabalho material – em que a cidade é produto e produção biopolítica, ela se torna também um campo em disputa entre o capital e os sujeitos antagonistas ao projeto capitalista – cibernético-colonial.

Nesse sentido, o território é entrecortado por lutas, revoltas, resistências, arranjos sociais, socio-técnicos e tecnopolíticos. Também é marcado por um regime de permissões e concessões de deslocamento e permanência de determinados sujeitos, além de ser constituído pela possibilidade ou falta de moradia, de habitar – aqui em uma perspectiva mais ampla que a relaciona à casa, ao lar, mas sim, um habitar a cidade, a metrópole, o território –, por uma lógica de pertencimento e/ou exclusão, de produção e/ou expropriação, de vida e/ou extermínio, ou seja, de uma disputa constante e muitas vezes violentas pelo território. A metrópole/cidade se mostra assim ao mesmo tempo uma máquina que produz violência, exclusão, controle, vigilância, expropriação e extermínio, e um lugar em que existir – de formas diversas da hegemônico-dominante – e resistir é possível.

Esses movimentos de resistência, luta e insurreição são possíveis a partir da ação popular via movimentos sociais e experiências coletivas de luta e reivindicação, seja por direito, pela cidade, por modos de vida e formas de viver, seja, apenas, por poder habitar a cidade/metrópole da qual esses sujeitos fazem parte, mesmo invisibilizados (Carvalho; Imbronito; Maziviero, 2019). “As problemáticas



surgidas a partir do processo de crescimento e ocupação urbana das cidades brasileiras, durante o século XX, tornaram-se fatores propulsores para as insurgências reivindicatórias que lutavam pela transformação do espaço urbano e, pela melhoria da condição social das pessoas nas cidades brasileiras” (Carvalho; Imbronito; Maziviero, 2019, p. 55), tal qual o processo descrito por Milton Santos (2012) ao abordar a economia política da cidade. A única forma de lutar por direitos como os relativos aos processos de urbanização desigual nas cidades brasileiras, é a revolta, o motim, a insurreição, movimentos que transgridem a ordem instituída e tencionam os poderes forçando-os a agir, mesmo que, no mais das vezes, essa ação se dê pela vigilância, controle e violência (Teles, 2018).

Em um país marcado pelo processo colonizador de produção sistemática de barbárie e extermínio, a construção da urbanidade não ficou de fora desse viés hegemônico-dominante na construção dos seus espaços. Esses movimentos visam principalmente estabelecer mudanças no espaço físico das cidades, nos territórios que as compõem, de modo a diminuir as desigualdades promovidas pela produção urbana do espaço orientada pela lógica capitalista neoliberal – na atualidade, cibernético-colonial (Carvalho; Imbronito; Maziviero, 2019). Esses processos de insurreição, em que pese tenham características e composições diversas, podem ser identificados se não como processos de constituição do comum, pelo menos como processos que em muitas ocasiões pensam e propõe o espaço urbano desde a lógica do comum, seja nos processos de luta propriamente ditos, seja na nova forma de constituir o espaço urbano (Maziviero; Carmo, 2023).

Nesse trajeto, é importante ter em perspectiva que constituir o comum como uma tecnologia política, que é capaz de gerar outras tecnopolíticas desde a sua constituição, enquanto artefatos de combate ao capitalismo cibernético-digital, implica a necessidade de imaginar e compor um novo léxico político-jurídico capaz de dar conta do comum enquanto sujeito, modo de produção e prática. Isso se destaca na medida em que todo o arcabouço jurídico-político que foi legado até aqui alicerça o modo de produção capitalista como o único possível, a democracia liberal-representativa como suficiente e incontestado e, ainda, um aparato jurídico-repressivo que dá conta de conter as manifestações do comum em contestação ao capitalismo cibernético-colonial e “imperial”.

Nesse ponto, o direito à cidade também precisa ser revisto e reordenado no caminho de práticas e formas de ocupar que conduzam a experiências éticas pautadas no compartilhamento, na solidariedade e nas formas comuns – comunitárias – de vida e de viver juntos. Para Maziviero e Carmo (2023, p. 725) “há o estabelecimento de uma subjetividade que valida a superação da concorrência entre indivíduos em face daquilo que lhes é comum”. Percebe-se que ter o direito à cidade é do campo da satisfação humana de criar vínculos, identidades, ações coletivas e esferas comuns de vivência e compartilhamento. Para

reconstituir a cidade é necessário constituir o comum, e com ele signos, formas, gramáticas, trajetos e bifurcações, brechas na ação do capitalismo cibernético-colonial (Maziviero; Carmo, 2023).

Além disso, “o espaço urbano passa a ser entendido como um local de experimentação, onde torna-se possível ressignificar sua condição através da ação coletiva. [...] Vinculam-se as necessidades locais e o interesse coletivo no desenvolvimento de uma espacialidade que se sobrepõe àquelas projetadas pelo planejamento urbano tradicional ou que resultam de legislações urbanas enrijecidas” (Carvalho; Imbronito; Maziviero, 2019, p. 61). É, portanto, uma ideia vinculada à própria tríade defendida por autores como Lefebvre (2016), na medida em que a construção de espaços perpassa as nuances de espaços concebidos, percebidos e vividos.

Logo, é fundamental repensar o espaço urbano, a cidade, a metrópole, e conjuntamente pensar novas formas de ocupar e habitar esses territórios, constituí-los com a força viva da potência dos sujeitos que sofrem com a ação sistemática dos poderes instituídos na produção da sua precariedade e do seu perecimento. Para Moraes (2018a, p. 72) “essa condição compartilhada da precariedade dos corpos, a vida desnudada em sua vulnerabilidade, acaba produzindo um território existencial comum”, que torna possível ocupar a metrópole de outras maneiras e construir outros mundos possíveis, constituindo outras formas de vida e modos de viver. Quando o autor (2018a, p. 71) fala das ocupações urbanas, torna-se possível visualizar claramente que “essas relações que se produzem no cotidiano permitem uma experiência de geração de uma infraestrutura capaz de permitir a reprodução da vida material mais básica – desde as cozinhas coletivas que possibilitam a alimentação, a “segurança” do terreno responsável pela proteção do grupo, o compartilhamento dos cuidados das crianças”.

Só que essa experiência só é possível através da insurreição, e se com Moraes (2018b) isso significa que se tem de “cozinhar com o que se tem à mão”, esse “cozinhar” transita desde as ocupações até os assentamentos; desde as comunidades quilombolas até as comunidades urbanas de terreiro; desde a aldeia indígena até a articulação dos coletivos urbanos. É necessário que essas novas formas de gerir e gerar a vida não sejam tragadas pelas malhas de um direito à serviço do projeto capitalista-cibernético neoliberal. Na sociedade atual, capturada pelas estruturas, práticas e formas do capitalismo cibernético-imperial, sobretudo sob a forma do capitalismo de vigilância, a potência dos corpos está completamente comportada pela máquina violenta de segurança do Estado – um Estado de Direito que garante a sua manutenção através da força, da violência, e muitas vezes do extermínio.

O capitalismo cibernético-colonial se mostra “[...] não apenas como expressão contemporânea mais radical do exercício de controle de humanos e outros que humanos, da neocolonização tecnicamente mediada da vida e das relações, mas também como um regime de sensibilidade e partilha do real [...]” (Moraes, 2021, p. 26-41). Como uma nova tecnologia política, “as ocupações fabricam uma constante

negociação da existência coletiva: regras, protocolos, modos de funcionamento, compartilhamento de intimidades e suas tensões. O ‘nós’ não é um sujeito pronto de antemão, ele se faz no dia-a-dia, é um experimento permanente e por isso exige cuidado” (Moraes, 2018b, p. 1-20).

Nesse ponto, é necessário constituir o comum produtiva e ontologicamente e, ainda, colocá-lo a propor-se enquanto campo prático que tensiona as instituições político-jurídicas que estão postas e acabadas nas linhas estratégicas e logísticas do capitalismo cibernético-colonial. Como afirma o Comitê Invisível (2018), cada um dos mundos possíveis é uma configuração de técnicas, e justamente por isso outros mundos são possíveis a partir de outros conjuntos técnicos de fazer mundos, de habitar, cozinhar, conviver, guerrear, participar, cooperar, amar, sentir, ou seja, técnicas que não se reduzem às tecnologias algorítmicas que constituem a governamentalidade capitalístico-cibernética. Logo, a partir dessas técnicas diversas e possíveis de constituir mundos é que se constituem formas de vida não capturadas pelo capital, possibilitando que uma outra dimensão técnica se oponha aos aparatos dominantes do governo cibernético-capitalista, e constituam a cidade/metrópole como um campo de experimentação e fabricação da vida e do comum.

Para repensar o direito à cidade, então, é imprescindível constituir as novas formas possíveis para a cidade/metrópole levando em conta “a necessidade de refletir sobre a dimensão participativa no planejamento e no projeto de intervenção urbana em territórios populares, algo que exige pensar a partir de dinâmicas já estabelecidas e em andamento” (Maziviero; Almeida; Faria e Silva, 2022, p. 12). Com efeito para os autores:

A agenda atual dos intensos movimentos de moradia, no entanto, está muito focada na produção de conjuntos de habitação de interesse social (há exceções importantes como o MDF - Movimento de Defesa da Favela, surgido na Zona Leste paulistana no final da década de 1970), e nela pouco tem sido levantada a bandeira do cuidado com os bairros com precariedades onde vivem as comunidades de baixa renda, sejam favelas ou áreas regularizadas sem uma urbanização efetiva. Para esses bairros, ações são empreendidas de acordo com teorias, regras, modelos embasados em um conhecimento técnico-científico hegemônico, algo distante da experiência vivida pelos habitantes. Utiliza-se como prerrogativa uma hierarquia que, no processo, busca afirmar a si mesma, quando o razoável seria descobrir a lógica existente no entrelaçamento entre o lugar e a vivência cotidiana, nas relações de identidade e pertencimento. O que podemos reconhecer como um conhecimento sensível é, nesse sentido, muito mais central do que o caráter prescritivo e regulador de um urbanismo interessado em separar, controlar e padronizar formas de ocupação, alheio às experiências específicas (Maziviero; Almeida; Faria e Silva, 2022, p. 11).

Assim, o que deve ficar claro é que os processos de constituição da cidade/metrópole, desde fora da lógica capitalista neoliberal e cibernético-colonial, parte necessariamente dos processos de insurreição desencadeados por sujeitos coletivos, coletivos urbanos, movimentos sociais, ativistas, entre tantos outros atores que ativam a insurreição e a revolta como tecnopolítica possível de combate à metrópole e



ao projeto hegemônico-dominante que ela representa. A partir de Maziviero, Almeida e Faria e Silva (2022), as táticas mobilizadas nos territórios populares, muitas vezes precarizados e violentados pelo mercado e pelo Estado, são reações insurgentes às políticas urbanas tradicionais, excludentes, expropriatórias e de extermínio perpetradas pelos atores estatais ou privados.

É imprescindível organizar a cidade/metrópole desde outras formas de habitar que perpassam o território a partir de uma nova ética imanente, cotidiana e humana, que não hierarquiza e diferencia os sujeitos que constituem o território. Com Moraes (2018a), pode-se dizer que há uma dimensão de pertencimento nesses processos de insurreição, e não apenas a luta pela luta. O próprio ato de lutar conforma um pertencer na insurreição que se desdobra, projeta e movimenta o território sitiado da cidade/metrópole, sendo que, “o pertencer, os sujeitos situam-se em um novo terreno de obrigações e implicações, um entremeado relacional, mas que ao mesmo tempo, é capaz de localizar e dar sentido às práticas comuns” (Moraes, 2018a, p. 80).

Se o espaço-tempo da metrópole é, por excelência, o do capitalismo cibernético-colonial, de suas infraestruturas, formas, logísticas, fluxos – humanos, financeiros, de dados –, bem como das suas tecnopolíticas de vigilância e controle, sejam cibernético-digitais ou não, as veias da metrópole também podem se apresentar com o espaço-tempo por onde corre o sangue da carne-potência de corpos que entram em contato, e são, fazem, habitam, constituem o (e em) comum. Constituir o (em) comum é subverter a lógica, é contrapor-se à ordem, é tencionar os poderes e desativar os dispositivos de vigilância e controle desde uma outra perspectiva de habitar, imaginar e resistindo construir outros mundos possíveis no território retomado da cidade/metrópole.

A metrópole é, ao mesmo tempo, projeto cibernético-colonial e um terreno fértil para a insurgência e a reinvenção de outras formas de vida. Se, por um lado, ela é o dispositivo por excelência da captura biopolítica operada pelo “Império” – na lógica do controle, da vigilância, da expropriação e da guerra difusa –, por outro, ela também concentra os elementos materiais e simbólicos da resistência, da insubordinação e da (re)invenção do comum. Para se constituir o comum, nesse sentido, é preciso não se pensar apenas em um exercício teórico ou abstrato. Mais do que isso, o importante é se pensar em um ato insurgente, prático e produtivo, de modo que se possa fomentar um embate não apenas funcional contra dispositivos de poder que territorializam a precariedade.

Reapropriando a metrópole e ao organizar modos de vida diversos e que sejam voltados ao compartilhamento, à solidariedade e à autogestão, possibilita-se a construção de práticas efetivas de subversão contra o império e contra as biopolíticas que moldam o espaço das cidades que são, ao fim e ao cabo, espaços de tensão máxima. A resistência verificada no seio das cidades denota a existência de corpos. Como sugerem autores como Lefebvre, Harvey e Negri, não há luta anticapitalista possível sem a

disputa pela cidade e sem a reconstrução da metrópole. Mas é preciso ultrapassar esse aspecto: é preciso fazer da cidade o laboratório de um outra vida e de outros mundos, habitado por técnicas e afetos que escapam às máquinas de captura do império. O comum, nesse contexto, é a arma e o horizonte; é o que resta e o que está por vir; é o que permite, enfim, inventar, contra o império, as cidades que ainda não existem.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou compreender de que forma se opera o controle de sujeitos no âmbito da cidade a partir do desenvolvimento das tecnologias cibernético-digitais e tendo como ponto de partida as táticas neoliberais e hegemônicas que surgem em um contexto de produção capitalista. Em um primeiro momento, portanto, tentou-se evidenciar as problemáticas que se evidenciam a partir da construção das cidades em meio ao desenvolvimento tecnológico, o que possibilitou a compreensão de que a cidade enquanto produto (e produtor), quando alicerçada em uma lógica capitalista e neoliberal, torna possível a obliteração de espaços habitáveis em prol de uma hipervigilância e de um controle sobre os corpos que dita uma verdadeira forma de ser-no-mundo.

Se de um lado a cidade/metrópole é um meio – e assim o é porque serve como palco de performances e atuações –, ela também é um fim na medida em que resulta de uma série de fatores construtivos, contando com espaços que são concebidos, percebidos e vividos. Ato contínuo, tentando assimilar a forma como tal desenvolvimento resulta em uma forma específica de controle na era do “Império”, foi possível verificar que a cidade também é produzida enquanto espaço instrumental e em detrimento do comum, tornando-o expropriado, excluído e exterminado.

Isso acaba sendo algo fértil no contexto das cidades/metrópoles na medida em que uma biopolítica é capaz de fomentar o controle estatal frente ao corpo humano, com o compartilhamento de uma insegurança constante e uma guerra iminente. Diante do aumento no uso das tecnologias no pretexto de segurança pública e tendo em mente a militarização urbana referida por Graham, a cidade acaba sendo um instrumento de guerra na medida em que serve como palco para as práticas de controle e gestão dos corpos, assim como também possibilita a militarização urbana se considerada a forma como o capital produz e configura os espaços habitáveis. Do rompimento de fronteiras à criação de um cenário de guerra constante, a cidade configura-se de forma instrumental em uma ética neoliberal, capitalista e excludente, pensada a partir dos interesses de seus produtores e de modo que: 1) possa possibilitar a criação de uma falsa percepção de segurança; 2) possa servir como ponte até a criação de um sentimento de medo constante em razão de uma guerra que pode nunca ocorrer; e 3) possa romper suas fronteiras em prol de um controle estatal que se dá em um contexto de império.



Além disso, o estudo também ponderou o caminho que é trilhado desde a ideia de “guerra na cidade” até se chegar em um contexto de “guerra contra a cidade”, estabelecendo-se como ponto de largada também os processos de insurreição e constituição do comum. Nesse sentido, o que se concluiu foi que a constituição de espaços comuns, partindo do que Hardt e Negri ditam, demanda necessariamente um ato de insurreição, algo que possa romper com a lógica privada e contrapor a ordem posta. Significa dizer, portanto, que deve prevalecer o que Harvey (2014) indicou quando analisou o processo da Comuna de Paris, haja vista que a mera insatisfação, sem atos insurgentes, leva o movimento urbano à completa insignificância.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe a ‘arquitetura hostil’, é promulgada. **Senado Notícias**, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada>. Acesso em: 13 set. 2023.

ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital**. Tradução: Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Ubu, 2021.

AMARAL, Augusto Jobim do; DIAS, Felipe da Veiga. Controle Social e Governo de Dados. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 409-418, set.-dez. 2020.

AMARAL, Augusto Jobim do; DIAS, Felipe da Veiga. Surveillance e as “novas” tecnologias de Controle biopolítico. **Veritas (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 64, n. 1, p. e33427, 2019. DOI: 10.15448/1984-6746.2019.1.33427. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/33427>. Acesso em: 12 abr. 2023.

AMARAL, Augusto Jobim do. Neoliberalismo, contrarrevolução e pós-fascismo no Brasil. **(Des)troços: Revista de Pensamento Radical**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. e46400, jan.-jun. 2023. Disponível em: <https://ufmg.br/revista-de-pensamento-radical/Neoliberalismo,contrarrevolucao-e-pos-fascismo-no-brasil> | **(Des)troços: revista de pensamento radical (ufmg.br)**. Acesso em: out. 2023.

AMARAL, Augusto Jobim do; SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho; MEDINA, Roberta da Silva. Urbanização Militarizada e Controle Social: primeiras impressões sobre os “drones” como dispositivos de segurança pública no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 278-298, fev. 2020. ISSN 2317-7721. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/35835>. Acesso em: 12 abr. 2023.

AMARAL, Marina. Campeões de violência policial, Rio e Bahia terão mais armas e dinheiro. **Agência Pública**, 7 de out. de 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/10/campeoes-de-violencia-policial-rio-e-bahia-terao-mais-armas-e-dinheiro/>. Acesso em: out. 2023.

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil. **Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)**. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br>. Acesso em: 13 abr. 2023.



AUGUSTO, Acácio. O Dispositivo Monitoramento Como tecnologia Política: formas da democracia securitária e do cidadão-polícia. *In*: SABARIEGO, Jesús; AMARAL, Augusto Jobim do; SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho (Org.). **Algoritarmos**. São Paulo: Tiran Lo Blanch, 2020. p. 260-277.

BARBOSA, Jonnefer. **Sociedades do Desaparecimento**. São Paulo: N-1, 2021.

BAZZICALUPO, Laura. **Biopolítica**: un mapa conceptual. São Leopoldo: Unisinos, 2017.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires, Paidós, 2006.

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem**: vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu editora, 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Liliane Katito de; IMBRONITO, Maria Isabel; MAZIVIERO, Maria Carolina. Resistências urbanas: a ação tática como insurgência e sua presença no território periférico de São Paulo. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, São Paulo, v. 7, n. 46, p. 53-70, 2019.

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação**: Pesquisa TIC Domicílios. 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2021/domicilios/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CONSELHO NOTURNO. **Um habitar mais forte que a metrópole**. São Paulo: Glac Edições, 2021.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos Nossos Amigos**: crise e insurreição. Tradução: Edições Antipáticas. São Paulo: N-1, 2018.

DUARTE, Fábio; FIRMINO, Rodrigo. Espaço, Visibilidade e tecnologias: (Re)caracterizando a experiência urbana. *In*: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo [Orgs.]. **Vigilância e Visibilidade**: Espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 94-114.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. Tradução: Alyne Azuma. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Tradução: Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. *In*: ARANTES, Paulo Eduardo; SCHWARZ, Roberto. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

HOFFMAM, Fernando. O fenômeno migratório na era do “Império” e os impactos da *surveillance* na mobilidade humana. **Revista Argumentum - RA**, eISSN 2359-6889, Marília, SP, v. 21, n. 2, p. 725-751,



maio-ago. 2020. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1238>. Acesso em: 13 set. 2023.

HOFFMAM, Fernando. Tecnopolítica, biocapitalismo e governamentalidade algorítmica: entre o confisco e a constituição do comum. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 127, n. 2, p. 247-284, jul.-dez. 2023.

KERN, Leslie. **Cidade feminista**: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Tradução: Thereza Rocque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

LEMONS, André. Mídias locativas e vigilância. Sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo [Orgs.]. **Vigilância e Visibilidade**: Espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 61-93.

MAZIVIERO, Maria Carolina; ALMEIDA, Eneida de; FARIA E SILVA, Luís Octavio Pereira Lopes de. A vida no centro: a experiência metodológica do Brongo do Pau Miúdo. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 14, p. 1-20, 2022.

MAZIVIERO, Maria Carolina; CARMO, Alexandre Vinicius do. Parque Bom Retiro – Aproximações e distanciamentos na instituição do comum em Curitiba. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 713-732, maio-ago. 2023.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução: Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1, 2018b.

MORAES, Alana. Antes e Depois das Paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo. **arq-urb – Revista do Programa de Pós-Graduação strictu sensu em Arquitetura e Urbanismo Universidade São Judas Tadeu**, São Paulo, n. 23, p. 64-81, set.-dez. 2018a.

MORAES, Alana. Contato e Improvisação: o que pode querer dizer autonomia? **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 16, n. 268, v. 16, p. 1-20, 2018b.

MORAES, Alana. Neoextrativismo, Guerra de Mundos, e Hegemonia Cibernética: como nos tornamos um laboratório pandêmico? **Revista PimentaLab – É Isso o futuro?**, São Paulo, v. 1, p. 26-41, abril, 2021.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Tradução: Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NEGRI, Antonio. **Biocapitalismo**. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Iluminuras, 2014.



ROLNIK, Raquel. Marielle e as milícias. **Labcidade**, [S.l.], 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/marielle-e-as-milicias/>. Acesso em: out. 2023.

ROSA, Alexandre Moraes da; AMARAL, Augusto Jobim do. **Cultura da punição**: a ostentação do horror. 3. ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: ARANTES, Paulo Eduardo; SCHWARZ, Roberto. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2012.

SANTOS, Laymert Garcia dos. A Informação Após a Virada Cibernética. In: SANTOS, Laymert Garcia dos; *et al* (Orgs.). **Revolução Tecnológica, Internet e Socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, Laymert Garcia dos; *et al* (Orgs.). **Revolução Tecnológica, Internet e Socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Por Uma Sociologia Não Autocrática das Máquinas. **Ideias**, Campinas, v. 13, p. 01-24. 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

SAYURI, Juliana. O que é arquitetura hostil. E quais suas implicações no Brasil. **NEXO**, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/03/O-que-%C3%A9-arquitetura-hostil.-E-quais-suas-implica%C3%A7%C3%B5es-no-Brasil>. Acesso em: 13 set. 2023.

SABARIEGO, Jesús; AMARAL, Augusto Jobim do; SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho (Org.). **Algoritarmos**. São Paulo: Tiran Lo Blanch, 2020.

SAUVÊTRE, Pierre; LAVAL, Christian; GUÉGUEN, Haud; DARDOT, Pierre. **A escolha da guerra civil**: uma outra história do neoliberalismo. Tradução: Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.

STOCKER, Gerfried. **Info War**. Springer Vienna: Indiana, 1998.

TARÍ, Marcelo. **20 teses sobre a subversão da metrópole**. Tradução: Jefferson Viel. São Paulo: sob influência edições, 2022.

TELES, Edson. Direitos Humanos, Ação Política e as Subjetivações Oceânicas. **Philósophos**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 243-273, jan.-jun. 2018.

TIQQUN. **La Hipótesis Cibernética**. Tradução: Raúl Suárez Tortosa; Santiago Rodríguez Rivarola. Madrid: Acurela Libros; Machado Grupo de Distribución, 2018.

ZARUR, Camila. Sob Cláudio Castro, Rio tem recorde de operações policiais. **Folha de São Paulo**, 13 de jun. de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/sob-claudio-castro-rio-tem-recorde-de-operacoes-policiais.shtml>. Acesso em: out. 2023.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder; tradução George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.



Sobre os autores:

Cristian Reginato Amador

Universidade Federal de Santa Maria
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0202-0278>
E-mail: cristianreginato031@gmail.com

Fernando Hoffmam

doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), tendo sido bolsista PROEX/CAPES no Mestrado e no Doutorado; Especialista em Direito: Temas Emergentes em Novas Tecnologias Informacionais pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA); Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Foi Professor Assistente I da Universidade Franciscana (UFN/RS), e Professor Titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/Santiago/RS). Atualmente é Professor Adjunto I do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria - Mestrado - (PPGD/UFSM); Coordena o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos do Comum (NEC) registrado junto à UFSM e ao CNPQ. É membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Estado e Constituição e da Rede Interinstitucional de Pesquisa Estado e Constituição (FDV/CNPQ).
Universidade Federal de Santa Maria
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6674587928301231> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2211-9139>
E-mail: fernando.hoffmam@ufsm.br

Tricieli Radaelli Fernandes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista DS/CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos do Comum (NEC) registrado junto à UFSM/RS e ao CNPQ; Pós-graduada em Direito do Trabalho e Direito Processual Civil pela Faculdade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS; Graduada em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões, Uri Campus Santiago/RS. Pesquisa nas principais temáticas: movimentos extremistas, desinformação, pós-verdade.
Universidade Federal de Santa Maria
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5075073567403880> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5423-0499>
E-mail: tricieli.radaelli@acad.ufsm.br

